

P. 9

ELEIÇÕES 2002 TRANSIÇÃO

'EUA têm que ratificar Kioto'

Futura ministra afirma que, sem a sociedade, fica-se fadado ao fracasso

ENTREVISTA

Marina Silva

• Um dia após ser anunciada como ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) criticou a posição dos Estados Unidos sobre ao meio ambiente e afirmou que o Brasil, por sua posição estratégica em relação aos recursos naturais, junto com países desenvolvidos pode criar constrangimentos para a maior potência do mundo. Marina ressaltou que a lei ambiental brasileira é uma das mais avançadas da América Latina.

Isabela Abdala

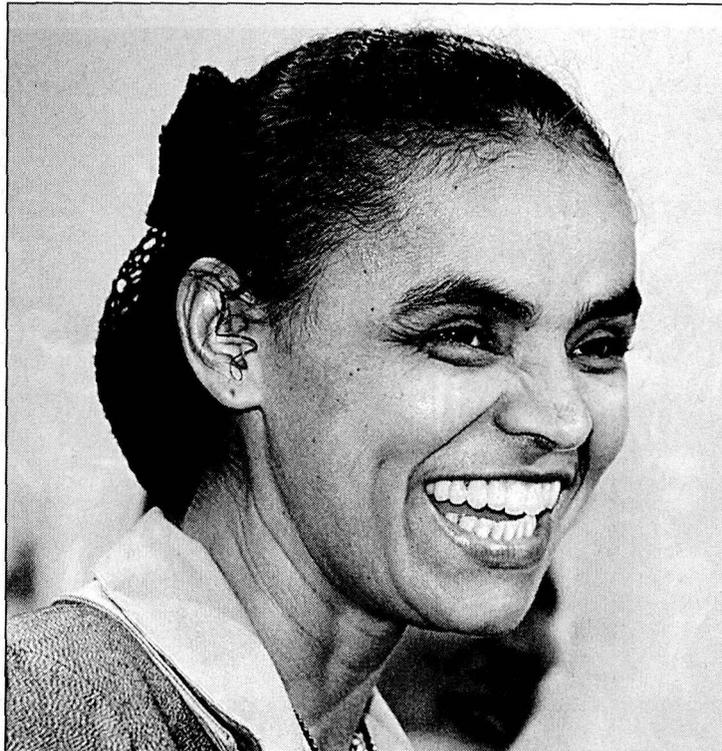
BRASÍLIA

O GLOBO: Quais devem ser as prioridades da política ambiental do novo governo?

MARINA SILVA: O primeiro desafio é fazer com que a política ambiental entre no coração do governo, que não seja mais uma coisa isolada do Ministério do Meio Ambiente. Outro ponto é o controle social, pois sem a participação da sociedade, inclusive com a experiência acumulada das entidades, da comunidade científica, do setor produtivo, dos governos locais, fica-se fadado ao fracasso.

• Há dez anos o Brasil sediou a Rio-92. O país andou na questão ambiental?

MARINA: Tivemos avanços. Diria até que tivemos avanço maior por parte da sociedade e um avanço não tão significativo por parte do poder público. Era de se esperar que o po-



MARINA: "A LEI ambiental brasileira é uma das mais avançadas"

der público estivesse à frente desse processo, induzindo políticas públicas. Temas como a questão dos recursos genéticos e a biodiversidade foram temas que ficaram marcados a partir da Rio-92.

• O presidente eleito anunciou seu nome nos Estados Unidos, país bastante crítico na sua posição ambiental.

MARINA: Os Estados Unidos têm tido uma posição muito conservadora na questão ambiental. A não-ratificação do Protocolo de Kioto e da Convenção da Biodiversidade é um exemplo dessa visão conservadora. No entanto, os países em desenvolvimento e os países da Europa podem criar constrangimento positivo pa-

ra os países ricos que são grandes consumidores, no sentido de fazer com que eles assumam também as suas responsabilidades e seus compromissos ambientais.

• O Brasil pode participar?

MARINA: A medida em que o Brasil tem uma posição estratégica em termos de recursos naturais, e dá a entender que a questão ambiental será uma prioridade nas políticas de governo, estamos assumindo um papel importante.

• Ajuda internacional para a questão ambiental no Brasil será bem-vinda?

MARINA: Ajuda parceira dos países ricos é bem-vinda. Temos maturidade suficiente pa-

ra delimitar o tamanho dessa ajuda. É claro que o desafio de preservar a Amazônia não pode ser apenas dos países em desenvolvimento. É um desafio da humanidade, mas isso tem que ser feito com todo respeito à nossa soberania e a partir dos nossos critérios.

• Qual sua opinião sobre a construção de Angra III?

MARINA: Existe uma discussão na comissão de transição. Seria precipitado da minha parte adiantar algo já que nem fui convidada oficialmente.

• Há críticas sobre a rigidez da lei ambiental por não permitir o aproveitamento de madeira apreendida. É possível aproveitar essa madeira?

MARINA: É possível sim e está na lei de crimes ambientais. Madeira que é apreendida de forma irregular, a lei prevê que pode ser usada para investimentos públicos, como, por exemplo, casas populares, móveis para as escolas, postos de saúde. O que não pode é vendê-la de forma a esquentar essa madeira ilegal.

• Nossa lei ambiental é boa?

MARINA: Eu diria que é uma das mais avançadas da América Latina. Mas não temos os instrumentos para fazer valer a lei. Muitas pessoas querem fazer os investimentos da forma correta. O que elas não têm em alguns casos é a consciência e os instrumentos. E o Estado precisa fazer o dever de casa. No nosso governo, em vez de ficar só proibindo o que não pode ser feito, a gente tem que viabilizar os meios para a forma correta de fazer.

Ailton de Freitas/10-12-02